TL295-40

II Jornadas de Timor da UP

TEMA IV - ESTRATÉGIAS PARA ALCANÇAR
A PAZ E A AUTODETERMINAÇÃO

José Ramos-Horta

TIMOR LESTE: PERSPECTIVAR OS CAMINHOS DO FUTURO

José Ramos-Horta

II Jornadas de Timor
Universidade do Porto
28.04 - 01.05.1990

TIMOR LESTE: PERSPECTIVAR OS CAMINHOS DO FUTURO

De: José Ramos-Horta *

Timor Leste no contexto histórico

Timor Leste sempre esteve circunscrita à margem da história, à periferia do mundo moderno, um pé de página dos grandes acontecimentos mundiais e regionais, um apêndice do defunto império colonial português, ilha de desterro dos anti-salazaristas e anarco-sindicalistas dos anos 20 e 30, paraíso da mediocridade do funcionalismo público português e de alguns meninos-bem cujos padrinhos os conseguiam livrar das guerras coloniais africanas.

Durante a II Grande Guerra, Timor Leste foi palco secundário de acções militares entre forças beligerantes estrangeiras, um "sideshow" num teatro maior, parafraseando William Shawcross, jornalista e historiador inglês, ao referir-se ao conflito nd Camboja como um "sideshow", um acto de diversão num teatro de operações maior, o Vietname. (1)

Para a Austrália, o então Timor português era um pequeno "buffer zone", zona tampão, a 364 milhas a Norte de Darwin, onde algumas poucas centenas de comandos australianos tornariam a presença japonesa na ilha a mais incómoda possível. Para o Estado-Maior das forças do Império do Sol Nascente, Timor Leste era um posto avançado em relação à Austrália, mas muito menos importante que a ilha da Nova Guiné. Já no período da II Grande Guerra em que a autonomia de vôo dos "caças" era reduzida, a importância estratégica de Timor Leste era negligível.

---

(1) Shawcross, William. SIDESHOW: Kissinger, Nixon and the Destruction of Cambodia, Simon and Schuster, New York (1979).

No final da guerra, dada a neutralidade de Salazar no conflito, houve quem em Canberra aventasse a hipótese de interditar o regresso de Portugal a Timor. Outras opiniões, mais imaginativas, propunham a compra da colónia a Portugal, a qual seria transformada numa estância de veraneio para as forças australianas. Os ingleses foram abordados no sentido de servirem de intermediários junto de Salazar na transacção. Estes, conhecendo o apego do velho ditador as relíquias históricas, desencorajaram os australianos de insistir na compra desse "real estate". Timor Leste reverteu assim em 1945 a Mãe Pátria lusa, impotente, resignada, exauste e mais uma vez recambiada para a marginalidade histórica, para uma colonização mediocre que duraria até 1975.

Nos anos 70, a insignificância estratégica de Timor Leste era assinalada por três bandeiras consulares. A Indonesia, representada por um Cônsul, o Sr. E. M. Tomodok, que era bem o protótipo da corrupção institucionalizada no seu país. Taiwan ou República da China, "séde provisória" do governo de toda a China, também era representada por um Cônsul que velava pelos interesses de cerca de 15 mil chineses em Timor Leste. Finalmente, tínhamos a Austrália, cujo desinteresse e presença precária não podiam ser melhor ilustradas pelas instalações provisórias do consulado, em contra-placado, erigidas ne encosta de Lahane, e que foram definitivamente abandonadas em 1969 quando Canberra decidiu que Timor Leste nem merecia um consulado e fechou a tasca. A viatura do sr. cônsul foi adquirido ao desbarato pelo agente consular da França. Este que até aí circulava num velho " jeep" herdado das sucatas da II Grande Guerra, não perdeu tempo em içar o "drapeau" napoleónico no velho "Holden" cremoso australiano e podia assim representar mais condignamente a Pátria de Charles De Gaulle junto das autoridades coloniais portuguesas.

Para a Indonésia, apesar dos protestos oficiais de que a República se considerava apenas sucessora histórica e legítima das antigas índias Holandesas Orientais, Timor Leste

era a peça que faltava no mosaico malaio-polinésio de 13 mil ilhas habitadas por 185 milhões de pessoas, representando 200 grupos étnicos distintos, falando mais de 300 línguas. E se Sukarno, a vedeta terceiro-mundista dos anos 50, tivesse embarcado numa "jihad" anti-colonial para "libertar" Timor Leste do jugo colonial em vez de se ter lançado na desastrosa campanha contra a Federação da Malásia, o emergente bloco afro-asiático, apoiado pelas famigeradas ditaduras do Leste, teria aplaudido esse acto de agressão. E não faltaria uma esquerda folclórica e oportunista do Ocidente a dar o seu aval. Afinal essa mesma esquerda apoiou a brutal anexação de Nova Guiné Ocidental (Papua Ocidental para os nacionalistas) porque o invasor anexionista era Sukarno e Sukarno agitava a bandeira da causa anti-imperialista. Logo que se lixem os pigméus da Idade da Pedra, a sua etnicidade, cultura e história, o seu direito à auto-determinação. A direita colonial, não mais virtuosa nem menos inconsistente, tinha duas preferências: a preservação do "status quo" colonial holandês ou a independência da Papua Ocidental. A direita tinha a sua lógica: se a Nova Guiné Ocidental não pode ser nossa para a explorarmos como sempre fizemos sem grandes impedimentos que ao menos seja independente para podermos continuar a explora-la. Hoje, os dois grupos, a esquerda folclórica e a direita colonial, decidiram inverter as suas posições. Porque o Gen. Suharto é um ditador de extrema-direita, anti-comunista que conta no seu inventário mais de um milhão de comunistas e camponeses massacrados em 1965-66, pro-Ocidente e "moderado" e porque, acima de tudo, inaugurou em 1967 a chamada política de "portas abertas" para a rapina do país pelas grandes multinacionais, a direita hoje defende a soberania indonésia sobre os papuanos. Pelas mesmas razões, a esquerda hoje desfralda a bandeira de libertação da Papua Ocidental.

Timor Leste no contexto geopolítico de 1975

1975, ano negro da história de Timor Leste, de uma descolonização abortada, de guerra civil, negligência e desprezo, imaturidade colectiva dos aspirantes à liderança política timorense e invasão sangrenta, foi igualmente um ano de grandes convulsões na região e no mundo. Do corno da Africa à Africa Austral e à Indochina, os dominós foram caindo. No corno da Africa assistiu-se ao derrube de Hailé Selassié e uma longa presença americana foi terminada. Somado ao contrôle soviético sobre o golfo de Aden e a enorme base naval de Berbere, os americanos viam assim as suas posições no Mar Vermelho e no índico serem seriamente comprometidas. A derrota americana no Camboja, Laos e Vietname (o segmento de filme mostrando o helicóptero americano aterrando sobre um helioporto improvisado no tecto da Embaixada americana em Saigão, safando dezenas de americanos e colaboracionistas em pânico ilustra bem o drama da debandada americana de 1975); o fiasco da intervenção da CIA em Angola, a intervenção cubana e a vitória do MPLA; a conquista do poder em Moçambique pela FRELIMO; a ameaça da instalação em Portugal de um regime que seria anátema aos interesses americanos e da NATO, foram eventos que pareciam confirmar a "teoria do dominó" de Lyndon Bird Johnson. É nesse contexto de dramáticas alterações no equilíbrio regional que surge a questão de Timor Leste. Assim, para os E.U.A., humilhados a tramautizados por Vietname, a sua credibilidade de guardiã de "status quo" e estabilidade seriamente afectada, o problema de Timor Leste não iria certamente ocupar as atenções das altas hierarquias do Departamento de Estado e do Conselho de Segurança Nacional. Aliás, o então Secretário de Estado americano, Henry Kissinger, instruíu no Verão de 1975 o seu Embaixador em Jakarta para reduzir o volume de relatórios sobre Timor Leste para o Departamento de Estado

porque, segundo ele, "os E.U.A. têm outras preocupações maiores em outras partes do mundo".(2) O desinteresse e desengaja-
mento americanos traduzir-se-iam assim em "luz verde" para os militares indonésios resolverem o problema como melhor entendessem.

Também para os militares indonésios, os dramáticos eventos de 1975 tiveram um impacto profundo. A onda de vitória das forças de esquerda nos vários continentes não deixava de os inquietar. Assim, a instalação em Timor Leste de um regime marxista era simplesmente intolerável. No entanto, a paranoia dos generais indonésios foi sempre um expediente para esmagar impiedosamente toda e qualquer dissidência doméstica. Sempre defendi e defendo a tese de que a invasão de Timor Leste pela Indonésia pouco tinha a ver com uma ameaça comunista, mais imaginária do que real, e muito com uma preocupação mais real e racional: um Timor Leste independente daria novas esperanças aos vários grupos separatistas que estão pouco mais do que latentes no arquipélago. Por outro lado, sempre existiu e existe na Indonésia uma certa escola que não esconde os sonhos de ver recriada uma Indonésia Maior para além das fronteiras coloniais holandesas. Para essa escola, na qual se conta muito boa gente de esquerda, incluindo membros do extinto Partido Comunista Indonésio, a incorporação de Timor Leste na Indonésia não só seria mais um passo na recriação de uma Indonésia Maior como era lógico.

A teoria da "ameaça" soviética no Sudeste asiático (SEA) era negada pelos próprios estrategas indonésios os quais viam a URSS e o Vietname como elementos neutralizadores de uma possível expansão chinesa para o sul. Em sequência lógica desse pensamento, Jakarta nunca hostilizou

---

(2) Ver Dunn, James, Timor: A People Betrayed, Queensland University Press (1981).

Moscovo e vice-versa. Não seria pois em nome da "fraternidade socialista" por uma FRETILIN ideologicamente indefinida (no seu seio se misturavam Marxistas, Sociais Democratas, estes em esmagadora maioria, e anti-comunistas primários, estes em maior número que os marxistas mas menos influentes) que o Kremlin iria alterar a sua estratégia no SEA. Aliás, qualquer observador atento da política externa de Moscovo dos anos 60, não deixaria de notar que ela era ditada pelos seus próprios interesses estratégicos independentemente das côres ideológicas de outros regimes. As relações amistosas com Jakarta eram igualmente estendidas à junta militar argentina e a Idi Amim do Uganda. Não é pois de admirar que nunca um dirigente da FRETILIN foi recebido em Moscovo e, muito menos, que a FRETILIN tenha recebido um rublo ou um fusil russo. A actual concepção soviética em matéria de política externa, fora dos grandes centros estratégicos, pouco se alterou e julgo que será cada vez mais pragmático e não ideológico, traduzindo isso num provável maior "rapprochement" entre Moscovo e Jakarta em detrimento de Timor Leste.

Já em 1974, menos de um mês após a formação da Associação Social Democrata Timorense (ASDT) em 20 de Maio desse ano, desloquei-me ao Kupang, capital do Timor indonésio, onde mantive conversações com o Governador El Tari, e a Jakarta onde tive uma série de três encontros com o então Ministro de Negócios Estrangeiros indonésio, Adam Malik, e com outras personalidades civis e militares. Em todos os encontros acentuei os seguintes pontos:

a. Um Timor Leste independente teria relações preferenciais com a Indonésia e outros países da ASEAN e com a Austrália;

b. Um Timor Leste independente optaria pela integração na ASEAN;

c. Um Timor Leste independente coordenaria as suas posições no plano de segurança e relações externas com a Indonésia.

Com Adam Malik abordei mesmo algumas questões concretas e imediatas que confirmavam a nossa boa vontade e seriedade: o envio para a Indonésia de jovens timorenses para iniciarem estudo e treino diplomático no MNE indonésio. Oficiais militares timorenses seriam igualmente preparados na Indonésia.

Não é minha intenção, neste contributo, historiar todo o complexo problema de Timor Leste. Assim, muitos dados que poderiam melhor apoiar a minha tese de que a invasão de 1975 tinha pouco a ver com uma hipotética instalação em Timor Leste de um regime de esquerda ficam relegados para outra oportunidade. (3)

Situar Timor Leste no seu contexto histórico e geopolítico será indispensável para melhor perspectivarmos os caminhos do futuro.

O contexto de 1990.

O quadro regional e internacional de 1990 é dramaticamente diferente do contexto de 1975 como descrevi atrás. A paranoia da ameaça comunista que justificava todos os desmandos dos regimes autoritários de direita está desacreditada. A paranoia da ameaça imperialista que justificava os desmandos dos regimes totalitários de esquerda está igualmente e decisivamente desacreditada. Os mitos de irreversibilidade foram destruídos. Os tabus das fronteiras de Yalta,

---

(3) Ver FUNU: The Unfinished Saga of East Timor, de José Ramos-Horta, Red Sea Press (1987), Trenton, New Jersey.

o pacto secreto Riebentrop-Molotov, o poder sacrossanto dos Estados e da jurisdição doméstica, cederam lugar à democracia, auto-determinação dos povos e a uma maior aceitação da universalidade da aplicação das legislações de defesa dos direitos humanos.

Inebriados pelos ventos de mudança na Europa Central e na própria União Soviética, o eurocentrismo leva os europeus a esquecerem-se que foi na Ásia e na América latina onde se iniciou o processo de democratização. Filipinas, Coreia do Sul, Peru, Bolívia, Uruguai, são alguns casos que antecedem as transformações na Europa Central.

Os ventos de mudança que sopram em todos os continentes pouco têm feito sentir-se na Indonésia. Essas transformações só poderão beneficiar os povos da Indonésia e de Timor Leste se houver agentes de mudança domésticos que sejam intervenientes activos no processo. Enquanto que em Timor Leste a resistência arrasta-se vai para 15 anos numa luta heróica e onde toda uma nova geração timorense tem sido interveniente na luta pela transformação social e política, na Indonésia não vislumbramos uma alternativa séria ao actual regime. O Gen. Suharto continua a deter todas as iniciativas e um controle quase absoluto da situação no seu país. A élite militar continua a ser a única força política organizada. Um potencial desafio ao Gen. Suharto virá muito provavelmente de facções das forças armadas e não significaria uma viragem democrática. A situação económica que parecia deteriorar-se em consequência da queda brusca do preço do petróleo e de outras matérias primas e ameaçava assim o regime, estará salvaguardada se a previsão de uma nova subida do preço do petróleo se confirmar. A verificar-se uma nova alta do preço do petróleo nos próximos meses e um certo relaxamento político interno, o regime do Gen. Suharto desiludirá muitos observadores políticos, incluindo o autor deste contributo, que previam uma crise social e política sem precedentes nos próximos dois a três anos. Assim, com a recuperação económica que virá com a nova alta do preço dos hidrocarbonetos e

na ausência de uma força alternativa credível, Suharto e a sua clique comprarão mais anos no poder, distribuindo as benesses entre os militares, a classe média e camponeses.

No plano táctico militar a Indonésia detém todas as iniciativas e a superioridade ofensiva em Timor Leste. A resistência continua sem os meios mais básicos que poderiam influenciar uma alteração no plano estratégico. As acções da guerrilha são limitadas, esporádicas e sem grande impacto. No entanto, a guerra em Timor Leste é uma hemorragia social e política que poderá seriamente afectar a presença indonésia. Não digo hemorragia económica porque os dispêndios com a guerra, dada as limitações da guerrilha em infligir danos substanciais, têm sido facilmente absorvidos e podem classificar-se como estando dentro de despesas de treino e preparação das forças armadas. A verdade é que Timor Leste tem sido um campo de treino excepcional com fogo real para as forças armadas indonésias. Por outro lado, esta situação poderá arrastar-se por muitos mais anos com custos humanos inimagináveis para os timorenses.

No plano político a Indonésia perdeu a guerra. Os 14 anos de uma ocupação selvagem só servirm para alienar mesmo os apologistas da integração e fortalecer os sentimentos nacionalistas daqueles que sempre idealizaram um Timor Leste independente. A nova geração timorense que cresceu ou nasceu após a invasão está na linha da frente do combate pela liberdade e é a garantia de que a resistência prosseguirá. Nos últimos meses tenho podido ouvir de viva voz testemunhos da determinação dessa bela nova geração timorense. Através de inúmeros contactos com líderes estudantis e da resistência, pude constatar essa determinação férrea de não cederem perante as adversidades.

A guerra é a continuação de política por outros meios e as negociações para a sua resolução terão lugar quando as partes em conflito chegarem à conclusão de que os custos são

demasiado elevados (4) . Para o lado timorense, os custos têm sido demasiado elevados e daí as reiterações da Resistência sobre a sua disposição de se sentar à mesa de conversações sem pre-condições. Do lado indonésio, os custos são significativos mas não extremos. No plano político e diplomático é onde se têm registado alguns reveses mais sérios para o regime. Mas mesmo assim, a Indonésia tem podido continuar a desempenhar um papel activo no plano regional, quer no quadro da ASEAN, agrupamento cada vez mais importante à escala internacional, quer no plano extra-regional onde se salienta o seu papel no processo de paz no Camboja.

Não havendo perspectivas de uma alteração política substancial na Indonésia ou no equilíbrio militar em Timor Leste, resta-nos uma alternativa: fazer elevar os custos políticos e diplomáticos da guerra para que a Indonésia se sinta incentivada a procurar, pela via do diálogo, uma solução séria para o conflito. As relações internacionais deste final do Séc. XX são dramaticamente diferentes do período descrito por Clausewitz. A maior interdependência dos países torna cada país mais vulnerável à forças externas. Daí podermos actualizar as concepções do famoso estratega e filósofo prussiano recorrendo a outras formas de pressão cujo impacto seria equivalente aos custos militares.

Para se elevar os custos políticos e diplomáticos, a componente diplomática da Resistência timorense terá que delinear e implementar uma estratégia multifacetada, dinâmica e imaginativa. É sabido que a Resistência pouco poderá fazer se forças amigas, governamentais e não-governamentais, não assumirem em pleno as responsabilidades que lhes cabe.

---

(4) Clausewitz, Carl Von. ON WAR, The Pelican Classics. Original alemão publicado em 1832.

Negociações sem pre-condições.

Essa ofensiva diplomática, a meu ver, deve assentar-se no conceito de conversações de mesa redonda, sem pre-condições, no quadro da Res. 37/30 ou em paralelo ao mesmo. O texto da Res. 37/30 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de que fui autor, é suficientemente ambíguo, logo flexível, para que o conceito de conversações sem pre-condições possa ser considerado como uma continuação do processo de consultas que se arrasta desde 1983. Não seria necessária, portanto, a adopção de uma nova resolução pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

Antes de mais, talvez seja pertinente lembrar que negociações significam cedências de parte a parte. Discursos sloganescos terão relevância para fins políticos domésticos imediatos, como por exemplo para assegurar o eleitorado da inflexibilidade dos negociadores, mas condenarão ao fracasso o processo de negociações se o sentido de responsabilidade e realismo não prevalecer.

Na ausência de melhores ideias, reafirmo a minha proposta de se iniciar uma ofensiva diplomática com base no conceito já definido. Aliás, a ideia não é nova. Dado o imobilismo da diplomacia portuguesa logo após a adopção de 37/30 em 1982, apresentei a ideia, em Junho de 1984, ao então MNE australiano, Bill Hayden, com o pedido de que a Austrália fosse impulsionadora da mesma. Este declinou o convite. Em 1986 abordei a equipe do Secretário-Geral (SG) das Nações Unidas encarregada da questão de Timor Leste com a sugestão de que o SG promovesse a ideia. Não houve resposta. Preferiu-se prosseguir os "contactos" iniciados no quadro de 37/30 e que, no entanto, se limitavam a questões humanitárias.

Finalmente, em Fevereiro de 1989, no primeiro encontro entre o Ministro de Negócios Estrangeiros (MNE) João de Deus Pinheiro e uma delegação da Convergência Nacionalista (CN),

apresentei de novo a ideia a qual havia sido endossada pela CN. No segundo encontro que teve lugar duas semanas depois, o Prof. Deus Pinheiro informou-nos que o Governo Português (GP) apoiava a ideia e iria guiar a sua actuação nesse sentido. No entanto, o Ministro convidou a CN a avançar com algumas sugestões mais concretas pois o conceito de mesa redonda sem pre-condições exigia que elaborássemos um plano de acção, um conjunto de ideias, que o GP pudesse apresentar a uma terceira parte, a Holanda ou os E.U.A. e ao SG da ONU, e tentar assim convencê-la a assumir o papel de promotora da ideia.

Coube-me a tarefa de elaborar o documento, o que completei em 48 horas, antes de viajar para a Austrália. Era um documento de trabalho que exigia estudo e reflexão da parte dos meus colegas da direcção da FRETILIN, os quais se pronunciaram finalmente sobre o projecto quatro meses depois, mais precisamente em Julho de 1989. O documento foi enriquecido com comentários e críticas de todos os meus colegas e mereceu a aprovação geral da D.F.S.E..Era necessário agora a U.D.T. pronunciar-se sobre o documento da D.F.S.E. para que o mesmo fosse depois entregue ao MNE como uma posição da CN. No momento em que escrevo este texto desconheço o destino a que finalmente se deu ao projecto.

O conceito de conversações sem pre-condições atiraria a Indonésia para a defensiva, retomando nós a iniciativa diplomática, multiplicando as nossas acções em várias frentes chaves, a saber:

a. Nos E.U.A., junto do Congresso americano, Departamento de Estado, Casa Branca, CIA, Pentágono (são todas as agências que intervêm na formulação das grandes iniciativas diplomáticas americanas), Imprensa, ONGs, etc;

b. Para isso, seria indispensável que na Embaixada portuguesa em Washington fosse colocado um diplomata senior, experiente, que se ocupasse exclusivamente do "lobby" junto

do Congresso. O próprio Embaixador teria que intervir mais frequentemente pois a sua intervenção é indispensável a certos níveis.

c. O "lobby" é intrínseco ao sistema político americano e só um americano saberá circular nos círculos de poder em Washington. Será assim necessário contratar-se os serviços de um "lobbyist" americano, cujas actividades seriam supervisionadas pela Embaixada.

d. Em NY julgo que a Missão portuguesa está bem entregue. No entanto, a Resistência timorense não tem aí uma presença permanente por falta de meios financeiros. Seria necessario encontrar-se uma verba para se manter em NY dois timorenses dinâmicos com bons conhecimentos de pelo menos duas das cinco línguas oficiais da ONU, o inglês e o francês ou espanhol. É perda de tempo e dinheiros enviarem-se para NY pessoas que não poderiam comunicar-se com clareza e persuasão e sem sentido de disciplina. Os rituais anuais do Comité Especial de Descolonização têm um interesse relativo, mas o seu impacto se perde se não houver um trabalho contínuo ao longo do ano. Muita boa gente pensa que o trabalho na ONU se limita a fazer uma discursata. Essa mesma boa gente não parece ter a ideia de quantos discursos os diplomatas são obrigados a ouvir, da boca de pessoas muito mais importantes, e que mesmo assim mal prestam atenção.

e. A Resistência timorense deve ter uma presença mais contínua em Estrasburgo, Bruxelas e Genebra. Strasburgo e Bruxelas passam a ser grandes centros de poder mundiais e cometemos um grave erro se não intensificarmos as nossas actividades junto do Parlamento Europeu, Conselho da Europa, parlamentos nacionais europeus. Lembrar que em Genebra não se situa apenas a Comissão de Direitos Humanos. As mais importantes agências especializadas da ONU estão sediadas nessa agradável cidade suiça, assim como uma grande parte das ONGs com estatuto consultivo junto da E.C.O.S.O.C.. Já em 1986 propus que o Representante da FRETILIN em Lisboa

passasse seis meses do ano em outras capitais europeias. As restrições orçamentais e a falta de quadros não permitiu que tal proposta fosse implementada. Com a celebração da CN em Março de 1986, reunem-se melhores condições. Por outro lado, a CN deverá recorrer a outros timorenses não filiados em nenhum dos partidos mas que têm dado provas de dedicação e competência para representar a causa. É do nosso interesse aceitarmos o facto, bem visível em Portugal e na Austrália, que a esmagadora maioria das nossas comunidades, embora nacionalista, não está associada aos dois partidos da CN.

f. A Resistência deve estar igualmente representada no Japão com um Representante em Tóquio o qual cobriria igualmente alguns países da ASEAN (as Filipinas e a Tailândia) e a Coreia do Sul. Nunca acreditei numa possível mudança de atitude do Japão em relação a Timor Leste. Mas hoje acredito que será possível levarmos o Japão a jogar um papel mais construtivo na busca de uma solução para o problema. Visitei o Japão pela primeira vez em 1985 e pela segunda e terceira vezes em 1989. O quadro político japonês alterou-se dramaticamente. Por outro lado, o Japão de hoje ensaia os primeiros passos de uma política mais actuante na arena internacional e, sobretudo, no campo dos direitos humanos.

g. Tudo isto implica um orçamento adequado. No entanto, os custos não serão exagerados e poderiam ser facilmente cobertos desde que haja vontade política de quem de direito. Existe boa vontade da parte dos governantes portugueses e têm havido provas disso. Julgo que um esforço concertado entre organismos oficiais, não-oficiais e empresariais poderia resultar numa solução para o problema financeiro o que permitiria pôr em execução o plano acabado de esboçar. Dada a natureza sensível da questão e a discreção de que a mesma deve merecer, reservarei para outra ocasião uma elaboração mais específica sobre este tema.

h. O plano de acção que proponho cobriria três anos, tendo em consideração que ninguém faz milagres da noite para

o dia, que o trabalho de sensibilização e "lobby" é moroso, exige paciência, determinação e meios financeiros e humanos altamente qualificados e dedicados. Por outro lado, o prazo de três anos, prorrogável se necessário, joga com os impodenráveis da vida política interna na Indonésia.

i. Pretende-se que o Congresso americano, o Conselho da Europa, Parlamento Europeu, a União Interparlamentar, Parlamentos nacionais europeus, a Dieta japonesa, endossem o conceito de conversações sem pre-condições.

j. Concomitantemente, a nossa estratégia deve ser focalizada para um embargo de armas ofensivas à Indonésia caso a Indonésia mantenha uma posição de inflexibilidade.

l. A actual conjuntura regional e internacional joga a nosso favor. A Indonésia não enfrenta hoje, como aliás nunca enfrentou, qualquer ameaça externa à sua segurança. O relaxamento das tensões mundiais e regionais retiram aos generais indonésios a sua paranoia da ameaça comunista e que justificava a aquisição de meios sofisticados de defesa. Em quase todos os países industrializados e produtores de armas existem legislações proibindo a transferência de armas para zonas de conflito. É o caso dos E.U.A. onde existe legislação específica proibindo o uso de armas americanas em guerras de agressão. Com base nessa legislação não seria irrealista iniciar-se um processo legal num Tribunal estadual com vista a obter-se uma proibição de venda de armas à Indonésia. Outros países como o Canadá, Reino Unido e a Suécia têm idêntica legislação.

m. Finalmente, devem-se encontrar formas de apoiar a Resistência timorense nas várias frentes de luta. Dada a natureza sensível do assunto, abstenho-me de ser mais explícito. A verdade é que a Resistência, pelo menos nesta fase, exige apenas apoios modestos para a sua actuação e para melhor fornecer a componente externa os dados que necessita para a sua acção de denúncia da barbárie indonésia e

de sensibilização da comunidade internacional, dentro do plano já elaborado. De novo, dada a natureza da questão, a mesma só deve ser discutida em lugares apropriados.

Conclusão.

A tarefa não é fácil. Ela é gigantesca e complexa. Mas os sacrifícios já consentidos pelo povo maubere são inimagináveis por nós no exterior. O testemunho vivo daqueles que viveram anos a fio nas montanhas de Timor Leste, combatendo o inimigo, fugindo ao seu cerco, que sofreram torturas inimagináveis nas prisões indonésias, alguns estão hoje entre nós nestas jornadas, jovens, homens e mulheres, nos dão uma ideia do seu sofrimento. Por eles, por aqueles que tombaram, por aqueles que neste preciso momento são humilhados, violados e torturados, por aqueles combatentes anónimos nas várias frentes de combate, nas montanhas de Timor Leste, nas ruas de Dili, nas várias cidades da Indonésia, devemos fazer um esforço suplementar para que a guerra termine, para que a paz seja possível num futuro que não seja demasiado longe. Nós, timorenses, o Estado português, o povo português, as ONGs, podemos encontrar os meios indispensáveis para levar a cabo o plano que proponho, o qual não será certamente exclusivo de outros, mas que se me afigura indispensável.

---

* José Ramos-Horta é membro fundador da A.S.D.T./FRETILIN, tendo exercido diversas funções, Secretário para Relações Internacionais & Informação e Representante para as Nações Unidas, até a sua resignação da direcção da FRETILIN em Outubro de 1989. Mantém-se fiel à direcção da FRETILIN e da Resitência no interior com a qual se comunica directamente. Exerce actualmente as funções de Director Executivo e professor do Programa de Estudos Diplomáticos na Faculdade de Direito da Universidade de Nova Gales do Sul, em Sidney. No Verão de 1975 fêz estudos da Política Externa dos Países da ASEAN na Australian National University, em Canberra.

Estudou Relações E.U.A./U.R.S.S. na New School for Social Research em Nova Iorque (1976), Jornalismo, na Columbia University (1977). Em 1983 voltou a frequentar a Escola de Relações Internacionais da Columbia University em Nova Iorque onde fêz Estudos Estratégicos Americanos sob a supervisão de Z. Brzezinski, Conselheiro do Presidente Jimmy Carter para Segurança Nacional. Licenciou-se em Relações Internacionais com "Honours" pela Antioch College com especialização em Política Externa Americana e Direito Internacional Público. Fêz também estudos de Direito Internacional Público na Academia de Direito Internacional de Haia e de Direito Internacional Humanitário no Instituto Internacional de Direitos Humanos de Strasburgo, França (1983). A sua tese de "Honours Masters" é intulado: Timor Leste: Um Caso de Estudo em Direito Internacional (1984). Em 1988 foi eleito por unanimidade para Investigador em Relações Internacionais da Universidade de Oxford. Foi Membro Associado da Academia de Ciências Políticas de Nova Iorque e da Sociedade Americana de Direito Internacional. É autor do livro FUNU: The Unfinished Saga of East Timor, Red Sea Press, Trenton, New Jersey, o qual mereceu extensa crítica favorável do New York Times, New York Review of Books, London Times Literary Supplement (TLS), The Guardian e inúmeras outras publicações.